

5ª Edição - 2006

EXAME



C N A I



Prova específica para atuação na área de auditoria nas Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO
NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)
Edital CFC/CAE 08/2006**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a prova específica para atuação na área de auditoria nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. Abaixo se encontram relacionados procedimentos previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Assinale a opção que contém a afirmativa incorreta:**
 - a. Adotar métodos e critérios constantes no tempo, devendo as alterações relevantes ser evidenciadas em notas explicativas e os efeitos quantificados nas Demonstrações Contábeis, quando aplicável.
 - b. Realizar as devidas conciliações dos títulos contábeis com os respectivos controles analíticos, mantendo-as atualizadas de acordo com o estabelecido nas seções próprias do Plano Contábil, deixando arquivada, por pelo menos três meses, a documentação concernente.
 - c. Apropriar mensalmente as rendas, inclusive mora, receitas, ganhos, lucros, despesas, perdas e prejuízos, independentemente da apuração de resultado a cada seis meses.
 - d. Fazer o registro das receitas e das despesas, não na data do efetivo ingresso ou do desembolso, mas no período em que elas ocorrem, respeitando, assim, o regime de competência.

- 2. Quanto às operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge*, conforme o COSIF, pode-se afirmar que:**
 - a. Devem ser classificados na categoria *hedge* de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos destinados à compensação dos riscos provenientes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.
 - b. Tais operações devem ser classificadas nas categorias: *hedge* de risco de mercado e *hedge* de risco cambial.
 - c. Tanto os instrumentos financeiros utilizados quanto os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços, ao valor de mercado, exceto os instrumentos financeiros e seus itens objeto de *hedge* relativos a títulos mantidos até o vencimento.
 - d. São inseridos na categoria *hedge* de risco de mercado aqueles instrumentos financeiros derivativos destinados à compensação da variação no fluxo de caixa futuro estimado da instituição financeira.

3. A seguir, são apresentadas alternativas referentes aos critérios específicos do COSIF para a contabilização dos títulos e valores mobiliários por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Identifique a alternativa correta:

- a. A valorização ou a desvalorização decorrente do ajuste ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” deve ser efetuada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
- b. Devem ser registrados pelo valor pago, desconsiderando-se as corretagens e os emolumentos, sendo estes tratados como despesas.
- c. A valorização ou a desvalorização decorrente do ajuste ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “títulos para negociação” deve ser efetuada em contrapartida à correta conta de rendas a apropriar / despesas a apropriar.
- d. Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários são registrados na conta de rendas a apropriar, dependendo somente da observância à categoria em que são qualificados.

4. Quanto aos critérios estabelecidos no COSIF para a avaliação e a apropriação contábil nas operações com taxas prefixadas, é incorreto afirmar que:

- a. A apropriação das rendas e dos encargos mensais dessas operações é realizada com o uso do método exponencial, sendo admitido o método linear nas operações contratadas com cláusula de juros simples.
- b. São contabilizadas tais operações pelo valor presente, devendo-se registrar as rendas e os encargos a apropriar no subtítulo do próprio título utilizado internamente ou no subtítulo contábil usado no registro da operação.
- c. São apropriados mensalmente as rendas e os encargos dessas operações, a crédito ou a débito das contas efetivas de receitas ou despesas, de acordo com o caso, em razão da fluência de seus prazos, sendo admitida, porém, a apropriação em períodos inferiores a um mês.
- d. Devem ser apropriados as rendas e os encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação da operação dentro do próprio mês, *pro rata temporis* e considerando-se o número de dias úteis.

5. Em relação a operações de crédito, conforme disposto no COSIF, é incorreto afirmar:

- a. Quando uma instituição financeira assume a condição de líder de uma operação de crédito realizada sob a forma de consórcio, tal operação deve ser registrada de modo proporcional entre todas as instituições financeiras dela participantes.
- b. Empréstimos são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos.
- c. Quando as operações de crédito são feitas sob a forma de consórcio, as receitas e as despesas delas decorrentes devem ser registradas em sua totalidade na contabilidade da instituição financeira que assumir a condição de líder.
- d. Na classificação das operações de crédito, pelos diversos títulos contábeis, deve ser considerada a aplicação dada aos recursos, por tipo ou modalidade de operação, e a atividade predominante do tomador do crédito.

6. É de responsabilidade da instituição financeira detentora do crédito a classificação de operação de crédito no adequado nível de risco. Selecione a alternativa que contém informação incorreta a respeito desse procedimento:

- a. Para que a instituição financeira defina a correta classificação de operações de um mesmo cliente ou grupo econômico, ela deve considerar a operação que apresentar o menor risco, sendo admitida classificação diversa para determinada operação somente em casos excepcionais.
- b. A alteração dos critérios de classificação de créditos, de contabilização e de constituição de provisão pode ser determinada pelo Banco Central do Brasil.
- c. A classificação deve observar, pelo menos em relação à operação, os seguintes itens: as características das garantias, particularmente quanto a sua suficiência; o valor; e a natureza e finalidade da transação.
- d. A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais estabelecidos na regulamentação em vigor, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a prováveis perdas na realização dos créditos.

7. Com referência ao registro contábil das operações de cessão de crédito, assinale a alternativa correta:

- a. Devem ser mantidas como ativo da instituição cedente as operações cedidas que forem conservadas em poder do cedente para cobrança e com garantia real.
- b. O resultado da cessão de operações de crédito deve ser apurado pela instituição cedente na data da cessão, registrando-o na conta resultados de exercícios futuros.
- c. A instituição cessionária tem a obrigação de apurar o resultado da cessão de operações de crédito na data da contratação da operação, efetuando-se a baixa do título contábil usado para registro da operação original.
- d. As operações de crédito objeto de cessão dos respectivos direitos, com ou sem coobrigação, devem ser registradas na cessionária de acordo com a modalidade da operação original, atentando-se para a atividade predominante do tomador do crédito.

8. A Resolução CMN nº 2.554/98 prevê relatórios acerca do sistema de controles internos, de suas atividades e seu acompanhamento. É obrigatório que tais relatórios:

- a. Contenham as observações do conselho fiscal quanto a deficiências encontradas em momentos anteriores, assim como as medidas que foram tomadas para saná-las.
- b. Apresentem um tópico referente às normas emanadas pelo Banco Central do Brasil e sua observância, ou falta de observância, por parte da instituição financeira.
- c. Contenham as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso.
- d. Sejam apresentados anualmente, no mínimo, e que apresentem as conclusões dos exames realizados.

9. Com relação ao Comitê de Auditoria nas instituições financeiras com ações negociadas em Bolsa de Valores, indique a alternativa correta:

- a. Na sua constituição, deve participar pelo menos um integrante com conhecimentos reconhecidos de auditoria e contabilidade.
- b. É condição básica para o exercício da função de integrante ser funcionário ou diretor de instituições financeiras de capital aberto.
- c. As funções do comitê de auditoria podem ser delegadas ao conselho fiscal, nessas instituições.
- d. Um ex-diretor da instituição, afastado há seis meses, pode ser integrante do comitê.

10. Assinale a alternativa que contém os termos a qual torna verdadeira a sentença abaixo com relação à independência do auditor independente:

“É _____ ao Auditor Independente manter operações de crédito com prazo original superior a _____ anos, contratados anteriormente à prestação de serviços de auditoria independente”.

- a. vedado – cinco.
- b. permitido – dois.
- c. vedado – dois.
- d. permitido – cinco.

11. As palavras que melhor completam a sentença abaixo são:

“Quando um título for reclassificado da categoria _____ para a categoria _____, o efeito de marcação a mercado do respectivo título, registrado em conta específica do _____, deve ser reclassificado para o resultado no momento da transferência de categoria do respectivo título”.

- a. títulos para negociação - títulos disponíveis para venda - resultado de exercícios futuros.
- b. títulos disponíveis para venda - títulos para negociação - patrimônio líquido.
- c. títulos para negociação - títulos disponíveis para venda - patrimônio líquido.
- d. títulos disponíveis para venda - títulos para negociação - resultado de exercícios futuros.

12. Os termos que completam as afirmações abaixo são:

“O aumento de capital social, deliberado em assembléia ou reunião, _____ aprovado pelo Banco Central do Brasil, deve ser registrado na conta _____, tendo como contrapartida”:

- a conta _____, quando realizado com recursos de acionistas ou quotistas;
- a conta dividendos e bonificações a pagar, quando realizado com utilização de créditos a acionistas, relacionados estritamente ao pagamento de dividendos;
- as contas reservas de capital, reservas de lucros ou lucros ou prejuízos acumulados, quando realizado com _____.”

- a. após - capital - aumento de capital - reservas ou lucros.
- b. enquanto não - capital - capital a realizar - lucros.
- c. após - capital - aumento de capital - reservas.
- d. enquanto não - aumento de capital - capital a realizar - reservas ou lucros.

13. Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, fraudes internas, danos físicos a ativos próprios ou em uso pela instituição e falhas na execução, cumprimento de prazo e gerenciamento das atividades na instituição constituem-se em eventos de risco:

- a. De crédito.
- b. De controle interno.
- c. Sistêmico.
- d. Operacional.

14. O Banco XYZ contratou operação de crédito, em 31 de maio de 2006, com a Cia. Comercial TUVX, mediante desconto de duas duplicatas de R\$ 15.000,00 cada uma, com vencimentos para 30 e 60 dias, sendo a taxa pactuada de 3,0% a.m. (três por cento ao mês). Considerando que a operação foi liquidada nos vencimentos, quais dos seus valores constam registrados nas contas do ativo e de resultados, respectivamente, no balancete patrimonial de 30 de junho de 2006, do banco:

- a. Títulos descontados com R\$ 14.550,00 e rendas com títulos descontados R\$ 900,00.
- b. Empréstimos com R\$ 29.550,00 e rendas com títulos descontados R\$ 900,00.
- c. Financiamentos com R\$ 14.550,00 e rendas de financiamentos com R\$ 900,00.
- d. Títulos descontados com R\$ 14.550,00 e rendas a apropriar de R\$ 450,00.

15. O Banco FGH, em 30 de abril de 2006, contratou com a Cia. Industrial MNO o financiamento de máquinas e equipamentos, no valor de R\$ 5.000.000,00. A operação, na modalidade pós-fixada, indexada a TR e mais 2,0% ao mês-calendário, no prazo de 12 (doze) meses, para pagamentos mensais e com 6 (seis) meses de carência. Considerando que a TR tenha se comportado de forma constante no período, a uma taxa de 0,25% ao mês, quais os valores relativos a esta operação que constam no balancete de 30 de junho de 2006, nas contas do ativo e de resultados, sem considerar os centavos?

- a. Empréstimos - R\$ 5.228.042,00 e rendas de empréstimos - R\$ 228.042,00.
- b. Financiamentos - R\$ 5.228.042,00 e rendas de financiamentos - R\$ 228.042,00.
- c. Financiamentos - R\$ 5.345.934,00 e rendas de financiamentos - R\$ 345.934,00.
- d. Empréstimos - R\$ 5.345.934,00 e rendas de empréstimos - R\$ 345.934,00.

16. Em 31 de março de 2006, a Distribuidora ABC de TVM adquiriu 500 Letras do Banco Central do Brasil, ao PU de R\$ 910,30, com prazo de 1 (um) ano (252 dias úteis), com a intenção de mantê-las até o vencimento final. Em 30 de junho de 2006, o PU desses títulos era de R\$ 966,70 e eles não estavam vinculados a operações compromissadas. Indique quais os valores que em 30 de junho de 2006 devem constar do balancete patrimonial, nas contas do ativo e de resultados.

- a. TVMs e IFDs - títulos de renda fixa - LTNs - R\$ 500.000,00; rendas de títulos de renda fixa - R\$ 44.850,00.
- b. TVMs e IFDs - títulos de renda fixa - LTNs - R\$ 483.350,00; rendas de títulos de renda fixa - R\$ 28.200,00.
- c. TVMs e IFDs - títulos de renda fixa - LTNs - R\$ 483.350,00; contas de resultados R\$ 18.612,00.
- d. TVMs e IFDs - títulos de renda fixa - LTNs - R\$ 483.350,00; rendas a apropriar de títulos de renda fixa - R\$ 28.200,00.

17. As instituições financeiras e as demais entidades autorizadas pelo Banco Central e respectivos auditores independentes devem manter à disposição daquela autarquia os relatórios exigidos expressamente pelas normas regulamentares, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria pelo prazo:

- a. Mínimo de 5 anos ou por prazo superior se por determinação expressa do BCB.
- b. Mínimo de 3 anos ou por 3 exercícios financeiros completos.

- c. Mínimo de 4 anos ou por 4 exercícios financeiros completos.
 - d. Mínimo de 10 anos ou por prazo superior se por determinação expressa do BCB.
- 18. De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/06, indique que tipo de relatório o auditor independente deve emitir para reportar as deficiências identificadas no sistema de gerenciamento do risco operacional que tenham ou possam vir a ter impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da entidade auditada.**
- a. Parecer de auditoria e relatório sobre a razoabilidade do sistema de avaliação de riscos de mercado.
 - b. Relatório específico sobre a razoabilidade do sistema de avaliação de riscos de mercado e de cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.
 - c. Relatório de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos e de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.
 - d. Parecer de auditoria e relatório específico de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos.
- 19. De acordo com o COSIF, a parcela efetivamente ingressada no país ou capitalizada no exterior decorrente dos lucros apurados na avaliação de investimentos em sociedades coligadas ou controladas e em dependências localizadas no exterior deve ser:**
- a. Baixada da conta específica de investimentos no exterior e apropriada diretamente no resultado do exercício.
 - b. Revertida de reservas de capital para lucros ou prejuízos acumulados, podendo compor a base para distribuição de participações e dividendos.
 - c. Revertida de lucros e prejuízos acumulados e obrigatoriamente destinada para compor a base de cálculo dos dividendos e bonificações a pagar.
 - d. Revertida de reservas de lucros a realizar para lucros ou prejuízos acumulados, podendo compor a base para distribuição de participações e dividendos.

20. O Auditor Independente de instituições financeiras e de demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deve comunicar, formalmente, àquela autarquia, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou evidências de, exceto:

- a. Inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco a continuidade da entidade auditada.
- b. Erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da entidade.
- c. Fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da instituição.
- d. Fraudes de qualquer valor perpetradas por funcionários da entidade ou terceiros.

21. Com referência às operações de câmbio, avalie as afirmações abaixo de acordo com as normas do COSIF, assinalando a alternativa correta.

- a. As contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras devem ser reajustadas, trimestralmente, com base nas taxas fornecidas pelo Banco Central para fins de balancetes e balanços, de forma que o saldo em moeda nacional reajustado corresponda, em natureza (devedora e credora) e valor, ao saldo em moeda estrangeira nela registrado, convertido às taxas de mercado, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.
- b. Na liquidação dos contratos de compras e vendas por arbitragens, deve ser utilizada a conta devedores diversos - país, independentemente da localização geográfica da contraparte na operação.
- c. Sempre que o ato ou o fato administrativo envolver outras moedas além da moeda nacional, o registro deve ser efetuado mediante a aplicação da média aritmética de cesta de moedas estrangeiras, considerando as taxas de compra e venda.
- d. As rendas e as despesas relativas à variação cambial incidente sobre operações ativas e passivas com cláusula de reajuste cambial devem ser registradas nos títulos e subtítulos contábeis representativos da receita ou da despesa decorrente da aplicação ou da captação efetuada.

22. Constituem atribuições do comitê de auditoria, exceto:

- a. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo conselho de administração ou, na sua inexistência, pela diretoria da instituição, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou cotistas.

- b. Contratar a firma que será responsável pela prestação dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis da entidade, bem como decidir sobre a substituição do prestador destes serviços, caso considere necessário.
- c. Revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente.
- d. Avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos.

23. De acordo com a Resolução nº 2.309/96 do CMN e suas alterações, considera-se arrendamento mercantil financeiro a modalidade em que são contratadas as seguintes condições, exceto:

- a. Que as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, sejam normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos.
- b. Que as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operação do bem arrendado sejam de responsabilidade da arrendatária.
- c. Que o prazo contratual seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de vida útil econômica do bem.
- d. Que o preço para o exercício da opção de compra seja livremente pactuado, podendo ser, inclusive, o valor de mercado do bem arrendado.

24. As afirmações abaixo relativas às operações de arrendamento mercantil estão corretas, exceto:

- a. É facultada aos bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil e às sociedades de arrendamento mercantil a aquisição, no mercado interno, de direitos e obrigações decorrentes de contratos de arrendamento celebrados com entidades no exterior, com a finalidade exclusiva de posterior subarrendamento dos bens a pessoas jurídicas no país.
- b. É obrigatória a pactuação de cláusula de variação cambial nos contratos de arrendamento mercantil de bens cuja aquisição tenha sido efetuada com recursos provenientes de empréstimos contraídos direta ou indiretamente no exterior.
- c. Os bancos múltiplos com carteira de arrendamento mercantil e as sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de arrendamento mercantil com entidades domiciliadas no exterior, com vistas, unicamente, ao posterior subarrendamento dos bens a pessoas jurídicas no país.

- d. Às sociedades de arrendamento mercantil é vedada a contratação de operações de arrendamento mercantil com (a) pessoas físicas e jurídicas coligadas ou interdependentes, (b) administradores da entidade e seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau, e (c) o próprio fabricante do bem arrendado.

25. O valor do capital social das instituições financeiras é fixado pelos seus acionistas ou quotistas no estatuto ou contrato social. Relacionada ao aumento do capital social, indique a alternativa incorreta:

- a. O aumento de capital social, deliberado em assembléia de acionistas ou reunião de quotistas, deve ser registrado, enquanto não-approvado pelo BCB na conta Aumento de Capital.
- b. Os saldos de reservas de capital, legal, estatutária e para expansão, outras reservas especiais de lucros e lucros acumulados, bem como os lucros relativos às datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, podem ser utilizados para aumento do capital social.
- c. A reserva de reavaliação pode ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízo.
- d. As instituições financeiras não podem receber recursos de acionistas ou quotistas, destinados a aumento do capital social, antes da realização de assembléia de acionistas ou reunião de quotistas que delibere o aumento do capital social.

26. Quais as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB que devem registrar os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, classificando-os nas categorias: (i) títulos para negociação, (ii) títulos disponíveis para venda, e (iii) títulos mantidos até o vencimento.

- a. Bancos comerciais; bancos de desenvolvimento; bancos de investimento; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; sociedades de arrendamento mercantil.
- b. Sociedades de arrendamento mercantil; banco múltiplo; bancos de desenvolvimento; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; e cooperativas de crédito.
- c. Bancos de investimento; agências de fomento; sociedades de crédito mobiliário; cooperativas de crédito; e bancos comerciais.
- d. Bancos de desenvolvimento; agências de fomento; bancos comerciais; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; bancos de investimento; e sociedades de arrendamento mercantil.

27. Conforme definido pelas normas do Banco Central do Brasil, quais as instituições que não são consideradas para efeito de determinação do conjunto de entidades sujeitas à consolidação operacional das demonstrações contábeis das instituições públicas e privadas?

- a. Banco múltiplo, banco comercial e banco de investimento.
- b. Banco de desenvolvimento, caixa econômica e sociedade de crédito, financiamento e investimento.
- c. Administradora de cartão de crédito, administradora de consórcios e agência de fomento.
- d. Sociedade de crédito ao microempreendedor, sociedade de arrendamento mercantil e sociedade de crédito imobiliário.

28. Com relação às normas do Banco Central do Brasil correspondentes aos trabalhos de auditoria independente das demonstrações contábeis de instituições financeiras, identifique a alternativa incorreta:

- a. O auditor independente deve comunicar ao componente do Banco Central do Brasil a que estiver jurisdicionada a instituição, tão logo detectadas, as irregularidades consideradas faltas graves e as evidências verificadas que demonstrem a ocorrência de situações que coloquem o auditado sob risco de descontinuidade.
- b. O Banco Central do Brasil, em função de verificações realizadas direta ou indiretamente nas instituições, nas câmaras e nas prestadoras de serviços definidos em suas normas e administradora de consórcio, pode exigir do auditor independente exames complementares.
- c. As instituições, as câmaras, os prestadores de serviços e administradoras de consórcio, ao contratarem ou substituírem serviços de auditoria, devem informar ao componente do Banco Central do Brasil a que estiverem jurisdicionados e ao Conselho Federal de Contabilidade, no prazo de 20 (vinte) dias contados da contratação, os dados cadastrais do auditor e, relativamente às substituições, os motivos que determinaram a decisão e a ciência do auditor substituído.
- d. A diretoria da instituição, da câmara ou do prestador de serviços, ou da administradora de consórcio, deve comunicar, formalmente, ao auditor independente e ao comitê de auditoria, quando instalado, no prazo máximo de 24 horas da identificação, a existência ou as evidências de erro ou fraude.

29. O crédito tributário registrado no ativo de instituição financeira deve ser, obrigatoriamente, baixado quando:

- a. Realizado nos dois exercícios imediatamente anteriores, valores abaixo de 50% (cinquenta por cento) dos previstos no estudo técnico de probabilidade de realização do ativo em referência.
- b. Efetuado estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido que suportem a realização do referido ativo em até 5 (cinco) anos.
- c. Apresentado histórico de lucros e receitas tributáveis para fins do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- d. Não existam dúvidas quanto à continuidade operacional da instituição.

30. É de competência exclusiva do Conselho Monetário Nacional – CMN, entre outras, as seguintes funções, exceto:

- a. Adaptar o volume dos meios de pagamentos às reais necessidades da economia nacional e ao seu processo de desenvolvimento.
- b. Autorizar o funcionamento, estabelecendo a dinâmica operacional, de todas as instituições financeiras.
- c. Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras públicas ou privadas de forma a garantir condições favoráveis ao desenvolvimento equilibrado da economia nacional.
- d. Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros de forma a tornar mais eficiente o sistema de pagamento e mobilização de recursos.

31. São de competência privativa do Banco Central do Brasil – BCB, entre outras, as seguintes atribuições, exceto:

- a. Disciplinar e fiscalizar as negociações e as intermediações no mercado de valores mobiliários.
- b. Emitir papel-moeda e moeda metálica nas condições e nos limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.
- c. Realizar operações de redesconto às instituições financeiras com problemas de liquidez.
- d. Definir, via Comitê de Política Monetária – COPOM, a meta da taxa SELIC.

32. Os instrumentos híbridos de capital:

- a. Podem ser integralizados em títulos.
- b. Devem ter previsão de vencimento.
- c. Devem ser subordinados ao pagamento dos demais passivos da instituição emissora.
- d. Não podem prever cláusula de compensação de prejuízos apurados pela instituição financeira, quando inexisterem reservas de lucros.

33. O Banco do Brasil exerce algumas funções que não são próprias de um banco comercial, mas típicas de um parceiro do governo federal na prestação de serviços bancários. Assinale a alternativa que corresponde à função que não pode ser por ele exercida:

- a. Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.
- b. Recebimento, a crédito do Tesouro Nacional, das importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais.
- c. Efetuar os pagamentos e os suprimentos necessários à execução do orçamento geral da união.
- d. Executar o serviço da dívida pública consolidada.

34. De acordo com o Manual de Normas e Instruções – MNI, os bancos comerciais podem realizar, para atender aos seus objetivos específicos, entre outras, as seguintes operações, exceto:

- a. Abertura de crédito simples ou em conta corrente (contas garantidas).
- b. Captar depósitos à vista e a prazo fixo.
- c. Aquisição de ações, obrigações ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais (operações de *underwriting*).
- d. Obter recursos externos para repasse a clientes.

35. As sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras) podem realizar, entre outras, as operações abaixo, exceto:

- a. Financiar bens de consumo duráveis por meio do crédito direto ao consumidor.
- b. Captar depósitos à vista e a prazo.

- c. Prestar garantia *del credere* dos contratos intermediados.
- d. Aceite de letras de câmbio.

36. Com base nas normas do Sistema Financeiro Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a. O Banco do Brasil é a instituição responsável pela execução da política creditícia, financeira e de investimentos de longo prazo do Governo Federal.
- b. O Conselho Monetário Nacional – CMN tem a finalidade de formular a política da moeda e do crédito com a finalidade de promover o progresso econômico e social do País.
- c. Compete ao Banco Central do Brasil – BCB cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema financeiro nacional e as normas expedidas pelo CMN.
- d. O Comitê de Política Monetária – COPOM tem como objetivos implementar a política monetária, definir a meta da taxa SELIC e analisar o relatório de inflação.

37. As operações compromissadas incluem todos os tipos de operações e de compromissos que envolvem as operações com títulos de renda fixa. Assim sendo, as operações compromissadas podem ter por objeto os seguintes papéis, exceto:

- a. Títulos públicos federais de emissão do Tesouro ou do BCB.
- b. Ações de companhias abertas regularmente registradas na CVM.
- c. Letras de câmbio de aceite de instituições financeiras.
- d. Notas comerciais.

38. Das alternativas abaixo, indique aquela que não corresponde às características normais de uma operação de crédito ou de arrendamento mercantil realizada de acordo com os normativos determinados pelo BCB, bem como com as práticas usuais do mercado financeiro:

- a. Empréstimo para capital de giro é a operação tradicional de empréstimo vinculada a um contrato específico que estabelece prazo, taxas, valores e garantias necessárias e que se destina a atender às necessidades de capital de giro das empresas.
- b. Desconto de títulos é o adiantamento de recursos feito pelo banco aos seus clientes sobre valores referenciados em duplicatas de cobrança ou promissórias para antecipar o fluxo de caixa do cliente.

- c. Arrendamento mercantil é uma operação de financiamento sob a forma de locação particular, com base em um contrato de bens móveis ou imóveis em que, mediante pagamento do valor residual no ato da assinatura do contrato, o arrendatário (cliente) tem a opção de, no final do contrato, ficar com o bem objeto do arrendamento mercantil.
- d. Crédito rotativo é a linha de crédito aberta com um determinado limite e que a empresa faz uso de acordo com suas necessidades ou mediante a apresentação de garantias em duplicatas (caução).

39. Identifique a alternativa incorreta:

- a. Pode configurar indícios de ocorrência de crimes previstos na Lei nº 9.613/98 a movimentação de recursos em praças localizadas em fronteiras.
- b. É vedada a celebração de contratos de mútuo referente à conta margem por parte de sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários com pessoas jurídicas.
- c. A implantação e a manutenção de sistemas de controles internos são de responsabilidade da diretoria da instituição.
- d. Entre as operações de crédito realizadas por bancos de desenvolvimento, incluem-se os financiamentos destinados a capital fixo.

40. Os recursos captados por meio de cadernetas de poupança devem ser aplicados de acordo com regras preestabelecidas pelo BCB. Para cumprimento do percentual mínimo de aplicação em financiamento imobiliário, são consideradas as operações, exceto:

- a. Empréstimos para capital de giro concedidos a empresas construtoras de unidades habitacionais.
- b. Financiamentos para aquisição de imóveis residenciais novos ou usados.
- c. Letras de crédito imobiliário e cédulas hipotecárias representativas de operações de financiamento habitacional.
- d. Financiamentos para aquisição de material para construção ou ampliação de habitação.

41. A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos. Quando não executada por unidade específica da própria instituição ou de instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, pode ser exercida, exceto:

- a. Por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde que não aquele responsável pela auditoria das demonstrações financeiras.

- b. Pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que está filiada a instituição.
- c. Por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante convênio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade a que está filiada a instituição e a entidade prestadora do serviço.
- d. Por unidade própria diretamente subordinada ao Comitê de Auditoria.

42. De acordo com as normas para publicação de demonstrações contábeis contidas no COSIF, assinale a afirmativa incorreta:

- a. As demonstrações contábeis referentes à data-base de 31 de dezembro devem ser publicadas até 90 dias da data-base.
- b. Em se tratando de demonstrações contábeis semestrais, é suficiente a publicação em revista especializada ou por meio alternativo de comunicação, de acesso geral, em sistema informatizado.
- c. O Banco Central do Brasil pode determinar, sem prejuízo das medidas cabíveis, a republicação de demonstrações contábeis com as alterações que se fizeram necessárias, para adequada expressão da realidade econômica e financeira da instituição.
- d. Sempre que, entre a data do levantamento do balancete ou balanço e a data da respectiva publicação, ocorrer fato relevante que modifique ou possa vir a modificar a posição patrimonial e/ou influenciar, substancialmente, os resultados futuros, tal fato deve ser indicado com circunstanciados esclarecimentos em notas explicativas.

43. Quanto à escrituração contábil das instituições financeiras, indique a alternativa correta:

- a. A forma de classificação contábil de bens, direitos e obrigações não altera suas características para efeitos fiscais e tributários.
- b. É de competência indelegável do Banco Central do Brasil expedir normas gerais de contabilidade a serem observadas pelas instituições financeiras.
- c. O registro contábil, por ser devidamente regulamentado, constitui elemento suficientemente comprobatório, sendo dispensada a comprovação dos atos e fatos objetos dos registros.
- d. Consultas formuladas sobre a interpretação de normas regulamentares eximem a instituição interessada de seu cumprimento.

44. Quanto à consolidação de demonstrações contábeis de instituições financeiras, assinale a afirmativa incorreta:

- a. Os valores da consolidação operacional das demonstrações contábeis devem ser expressos em unidades de moeda nacional, inclusive centavos, e no caso de publicação, em milhares de unidades de moeda nacional.
- b. A parcela realizada correspondente aos ativos reavaliados deve ser eliminada contra o correspondente valor no patrimônio líquido consolidado.
- c. A consolidação operacional das demonstrações contábeis deve abranger, em cada data-base, a totalidade das instituições do conglomerado financeiro, considerando as incluídas no período e desconsiderando as excluídas.
- d. As demonstrações do consolidado operacional não devem incluir dependências localizadas no exterior.

45. As instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil podem ceder créditos oriundos de operações de empréstimos, financiamento e arrendamento mercantil para pessoas integrantes do Sistema Financeiro Nacional, observadas algumas regras. Indique a alternativa correta:

- a. É permitida a recompra dos créditos cedidos apenas com cláusula de retorno de risco.
- b. A liquidação das operações deve ser efetuada no mês do fechamento da operação.
- c. Somente são admitidas as cessões de créditos realizadas com obrigação da instituição cedente.
- d. Qualquer transação posterior envolvendo os créditos objetos da cessão não pode acarretar retorno de risco, ainda que de forma indireta para a instituição cedente.

46. Com referência às aquisições de ouro no mercado físico, por instituições financeiras, indique a alternativa correta:

- a. Registram-se em aplicações de longo prazo pelo valor de mercado, em subtítulos de uso interno que identifiquem suas características de quantidade, procedência e qualidade.
- b. O saldo das aplicações em ouro físico ou certificado de custódia de ouro e o saldo dos contratos de mútuo de ouro, por ocasião de balancetes e balanços, são mantidos pelo valor de aquisição.
- c. A contrapartida do ajuste das aplicações em ouro, positivo ou negativo, por ocasião dos balanços e balancetes, deve ser registrada em conta de receitas ou despesas não operacionais.

- d. As despesas de transporte, custódia, refino, chancela, impostos e outras inerentes ao ciclo operacional de negociação de ouro, bem como de corretagem, devem ser agregadas ao seu custo.

47. Na definição de Carteira de Títulos de Renda Fixa, indique a alternativa correta:

- a. Carteira própria financiada é composta pelos títulos com compromisso de recompra vinculados a vendas.
- b. Carteira de terceiros bancada é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, ou seja, vendidos com compromisso de recompras, registrados em Revendas a Liquidar – Posição Bancada.
- c. Carteira própria bancada é representada pelos títulos que permanecem em estoque livres para negociação, oriundos de compras definitivas ou recompras registrados em Títulos de Renda Fixa.
- d. Carteira de terceiros financiada compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos sem compromisso de recompra, registrados em Revendas a Liquidar – Posição Financiada.

48. Mensalmente, por ocasião do levantamento dos balancetes e balanços, deve ser revista a classificação das operações de crédito nos níveis de risco, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal e encargos. Indique a alternativa correta:

- a. Atraso entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias: risco A.
- b. Atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias: risco B.
- c. Atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias: risco C.
- d. Atraso entre 91 (noventa e um) e 120 (cento e vinte) dias: risco E.

49. São conceituadas como intermediação de “swap” as operações realizadas no âmbito das bolsas de valores ou de mercadorias e de futuros que atendam, cumulativamente, a alguns requisitos, exceto:

- a. Que a instituição intermediadora figure como um dos titulares, em cada uma das operações.
- b. Que sejam realizadas com intervalo mínimo de 3 (três) dias úteis, por meio de uma mesma instituição, membro de bolsa de valores ou de bolsa de mercadoria e de futuros.

- c. Que tenham, como referência, os mesmos ativos objeto, com a instituição intermediadora assumindo posições inversas nas negociações.
- d. Que sejam realizadas por meio de contratos com garantia de bolsa de valores ou de bolsa de mercadorias e de futuros.

50. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta relativa aos procedimentos para o registro contábil das operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria pelas instituições financeiras.

- a. Nas operações a termo deve ser registrado, na data da operação, o valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito em subtítulo retificador de uso interno da adequada conta de ativo ou passivo, reconhecendo as receitas e as despesas em razão do prazo de fluência dos contratos, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços.
- b. Nas operações com opções, deve ser registrado, na data da operação, o valor dos prêmios pagos ou recebidos na adequada conta, permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando, então, deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não-exercício, conforme o caso.
- c. As operações com instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, sendo a receita ou a despesa registrada somente no resultado do período em que o contrato for liquidado.
- d. Nas operações com outros instrumentos financeiros derivativos, deve ser realizado registro em contas de ativo ou passivo de acordo com as características do contrato, que devem ser registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. O que deve ser evidenciado em nota explicativa às demonstrações financeiras e quais os procedimentos técnicos que os auditores independentes devem adotar para o exame da consistência das carteiras de operações de crédito, realizadas por instituição financeira do SFN?
52. Risco Operacional: em que consiste a implantação das determinações da Resolução CMN Nº 3.380/06 e qual a influência nas instituições e nos procedimentos técnicos dos auditores independentes?

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>